

DIFERENÇAS INDIVIDUAIS E A INCLUSÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Flávia Barreto / Karla Maria Matos / Sandra Oliveira

Alunas do Curso de Pedagogia
da Universidade Tiradentes.
brendinha_lua@hotmail.com.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do.
Doutora em Educação. Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Tiradentes-UNIT
ester_fraga@uol.com.br

RESUMO

Nos últimos tempos, muito tem se falado acerca da inclusão, ou seja, da participação efetiva de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, assumindo o seu papel de cidadão. O século XXI tem sido um século de profundas transformações. Nele assistimos à luta pela igualdade de direitos, à autodeterminação e independência dos povos, à corrida pelo espaço, ao crescimento dos estados democráticos, entre outras coisas. Diante dessa problemática gerada pelo preconceito camuflado, existente na sociedade “moderna”, a presente pesquisa contempla as diferenças individuais e a inclusão social dos portadores de Necessidades Educacionais Especiais. Com o objetivo de realizar uma análise parcial referente às diferenças individuais e a inclusão social na atualidade, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica, levando em consideração estudos atuais realizados por alguns autores a exemplo de Rita de Cássia Santos Souza, Mazzotta, Staimback, Aranha, Cotrim, entre outros. Desta forma, consideramos que os indivíduos portadores de necessidades educativas especiais têm potencialidade, inteligência, sentimentos, direito à dignidade. Mas, também, que eles têm direito à vida, em todos os seus aspectos, apesar das limitações que possam ter.

Palavras-chave: Educação; inclusão; sociedade.

I – INTRODUÇÃO

A história da pessoa com deficiência varia de cultura para cultura e reflete crenças, valores e ideologias que, materializadas em práticas sociais, estabelecem modos diferenciados de relacionamentos entre esta e outras pessoas, com ou sem deficiências. A deficiência apresenta-se como um fenômeno construído socialmente e, assim sendo, ser ou estar "deficiente" é quase sempre relativo a outras pessoas que são consideradas sem "deficiências".

O mundo tem-se mobilizado em busca de um atendimento, no seu sentido mais amplo, àqueles que por motivos mais variados possíveis fogem dos padrões estabelecidos pela sociedade como de normalidade, sejam eles físicos, sensoriais ou intelectuais.

Com o surgimento da Escola Nova no Brasil, o trabalho educacional com deficientes adquire novos rumos devido à ênfase dada às diferenças individuais. Apontam-se estudos que enfatizam a alfabetização como algo necessário para a integração no convívio social e para facilitar as habilidades que os integrariam na produção. A questão do atendimento escolar que objetiva integrar as crianças portadoras de necessidades educativas especiais vem apontando para as diversas modalidades do modelo educacional inclusivo.

A literatura tem apontado diversas considerações sobre as propostas de modelo a adotar. Alguns desses estudos serão apreciados, não para uma eleição final do que se deva ser adotado, mas como contribuição às reflexões sobre a Inclusão, com o referencial da mudança de políticas educacionais e escolares.

Valores como: responsabilidade social e de cuidados, inclusão dos alunos com deficiências nas escolas e comunidades, promoção de um espírito de colaboração, iniciativas equilibradas com a realidade da responsabilidade local e controle. Nesse contexto, deve haver uma alta expectativa em relação às escolas inclusivas, buscando o melhor desempenho possível por parte de todas as crianças envolvidas, onde são estimuladas para que atinjam o seu potencial máximo, de acordo com as suas necessidades.

Espera-se, com a transformação educacional no país, à semelhança de outros países que já a praticam desde o início da década de 80, que o processo favoreça as relações sociais entre todos os participantes da escola, por meio de uma rede de auto-ajuda.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida numa determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente envolvida pelo meio social em que está inserido e necessariamente é influenciada pelo ambiente familiar e social no seu processo.

As pessoas portadoras de deficiência, ao longo das civilizações e épocas, foram vistas sob enfoques bastante diversificados. Foram divinizadas, como no Egito, sacrificadas na Grécia, tomadas como bruxas, rejeitadas, superprotegidas e até mesmo como objetos de manifestações de piedade, pieguismo e assistencialismo.

Este artigo tem como objetivo principal realizar uma análise reflexiva referente às diferenças individuais e a inclusão social do portador de necessidades educacionais especiais, averiguando as atuais formas de interrelações, entre a sociedade e os indivíduos portadores de deficiência.

Parte-se da hipótese de que as crianças portadoras de qualquer tipo de deficiência necessitam que a escola seja um espaço para o convívio democrático e que lhes auxilie na longa jornada em busca da inclusão social. Acredita-se que se deve analisar a integração da pessoa para garantir que sejam respeitados seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Concluimos nossa pesquisa destacando alguns pontos de grande importância para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Pois, objetiva-se uma sociedade inclusivista, a que todos tenham acesso e onde sejam respeitados os limites de cada um, sendo dadas condições as pessoas para que elas possam transformar cada dia mais o seu meio, rompendo com muitas das barreiras que lhes são impostas.

II - A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais é hoje uma conquista. Mas traz consigo o grande desafio de preparar a escola e seus profissionais para que todos os alunos encontrem respostas pedagógicas para as suas necessidades.

Incluir os alunos com deficiência é imprescindível para a realização de uma educação inclusiva, o que pode beneficiar, não só aos alunos portadores de deficiências, como também pode propiciar aos demais alunos não-deficientes a oportunidade de socializar-se com crianças vistas pela maioria do corpo discente como “diferentes”. Por isso, os professores devem mudar a visão que têm em relação aos alunos deficientes misturados com os que não possuem deficiência, expressando ser contra porque as atitudes dos alunos especiais irá desencadear um processo de desestabilização na sala de aula (STAIMBACK, 1999, p. 48).

Os preconceitos e conceitos equivocados são os grandes responsáveis pela marginalização de muitos e por um processo tendencioso de inclusão, enquanto não levando indevida consideração às circunstâncias e necessidades objetivas dos indivíduos em apreço.

As idéias pré-concebidas de que as pessoas com deficiência sejam sempre bem dotadas, são tão errôneas quanto as idéias de que estas pessoas sejam necessariamente incapazes. Uma e outras dão lugar a comportamentos injustos e contraditórios da sociedade em relação às pessoas em apreço.

Segundo Souza (2005: 19), o mundo tem-se mobilizado em busca de um atendimento, no seu sentido mais amplo, àqueles que por motivos os mais variados possíveis fogem dos padrões estabelecidos pela sociedade como de normalidade, sejam eles físicos, sensoriais ou intelectuais.

A escola é o espaço onde se dá o convívio democrático com as diversas diferenças, e se o professor, agente importante na transformação dessa realidade, não souber lidar com essa questão poderá interferir de maneira prejudicial no desenvolvimento de seus alunos.

São considerados críticos os períodos de adaptação do indivíduo a qualquer situação nova, que resulte em alteração do seu ritmo de vida. A entrada da criança na escola se configura como situação potencialmente crítica, à medida que quebra seu ritmo de vida cotidiano, substituindo o seu “mundo de brinquedo”, o comportamento livre até então aceito, por regras disciplinares que não têm, para ela, qualquer sentido. Além disso, retira-a da segurança do lar, da estreita relação afetiva da mãe/filho, para um mundo novo e estranho, onde tudo lhe é imposto, ameaçador; um mundo do qual não pode fugir.

Para a criança deficiente, a adaptação ao meio depende em muito da provisão adequada de suportes capazes de satisfazer as necessidades vitais evidenciadas pela nova situação.

Esse tipo de educação deveria se encontrar na pré-escola, nos ensinos fundamental e médio, e proporcionar atendimento em classe regular, classe especial, sala de recursos, atendimento itinerante, unidade especial, todavia poucos são os que conquistam esse acesso (Souza, 2005, p. 45).

A autora defende uma dosagem requeridas para tais suportes, pois seria fator essencial para uma efetiva adequação e conseqüente adaptação do deficiente à escola pode ser obtida através da observação às suas reações, do conhecimento das suas condições de via, mediante contatos com a família.

A Educação Especial é o campo que exige um maior preparo profissional, e a inclusão explica que todas as crianças sejam atendidas em escolas regulares, para que haja uma interação entre elas, contribuindo assim, para uma maior aceitação nas outras esferas da sociedade.

Entende-se que o reconhecimento do valor de cada um implica ultrapassar o âmbito da igualdade formal como princípio da democracia social; implica agir em direção à mais ampla igualdade de oportunidades possível, sabendo-se que sua concretização se dá em situações específicas historicamente determinadas.

Nessa linha de reflexão, cabe lembrar que a busca do homem pela liberdade, no plano individual, e pela igualdade de direitos e de oportunidades, no espaço social, é elemento essencial à construção de sua identidade pessoal e social.

2.1. AS INFLUÊNCIAS DO CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-POLÍTICO NA EDUCAÇÃO

Ainda que a história tenha sido sempre contada de forma a atender um segmento social ou econômico, o importante é perguntar como ela é estudada por aquela que a escreve, qual seria a filosofia subjacente ao seu processo de interpretação. Dessa forma, seu estudo deve levar em conta a divisão social do trabalho, a interação entre as classes sociais, as relações de poder e os entraves que delas resultam. Tudo o que se diz sobre o estudo da história é extensivo para a história da educação, porque o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente parte da história geral. Sobre isso, é dito que:

Na verdade, as questões de educação são engendradas [Grifo do Autor] nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. Nesse sentido, a educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política (ARANHA, 1989, p. 19).

Ou ainda que “os objetivos educacionais são bastante diversos no decorrer da história, pois refletem a situação econômica, social e política de cada época e as necessidades humanas desses períodos” (COTRIM, 1984, p. 20).

A despeito disso, somente no século XIX, os historiadores começaram a se interessar em sistematizar a história da educação, embora se conheça melhor a história da pedagogia e das suas doutrinas do que propriamente da prática educativa e fosse uma preocupação desde a Antiguidade, somente com a influência de Auguste Comte a educação será considerada importante para a

manutenção da ordem social. Sobre isso, ele chamava de poder espiritual o poder das idéias científicas que deveriam servir de base para os homens, oriundas da educação, e comentava:

Sua [do poder espiritual] atribuição principal é, pois, a direção suprema da educação, quer geral, quer especial, mas, sobretudo da primeira, tomando essa palavra em sua acepção mais extensa, fazendo-a significar, como é correto, o sistema completo de hábitos necessários à preparação dos indivíduos para a ordem social na qual devem viver, e para adaptar, tanto quanto possível, cada um deles ao objetivo particular que aí deve desempenhar (FERREIRA, 1993, p. 22).

Sua participação nas comunidades locais e regionais não pode ser ignorada ou diminuída, quer em suas relações cotidianas quer na elaboração, discussão, entendimento e aplicação das políticas sociais públicas. A ninguém é lícito, pois, ignorar sua responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais. Mesmo porque, o respeito a si e ao outro se revela nas atitudes e ações manifestadas direta e indiretamente nas relações humanas privadas ou públicas pondo em causa sempre a obrigação de responder pelo que diz ou faz, isto é, a sua responsabilidade em quaisquer situações da vida social.

Segundo Mazzotta (1982, p. 14):

é em relação ao meio onde vive a pessoa , à sua situação individual e à atitude da sociedade, que uma condição é ou não considerada uma deficiência, uma vez que os problemas que assim a caracterizam decorrem das respostas da pessoa às exigências do meio. Considerando-se que, em decorrência dos fatores hereditários e ambientais, não há sequer duas pessoas exatamente idênticas, embora em sua essência todos os seres humanos sejam iguais, é natural que as respostas a estas exigências variem de acordo com as condições individuais de cada pessoa.

São, portanto, as expectativas, ligadas às exigências do meio, que determinarão as diferenças entre as pessoas deficientes e as não-deficientes. Estas expectativas são reflexos das relações sociais, econômicas e ambientais do grupo social. Neste sentido, quando falamos em desvantagem, estamos nos referindo à expressão social da deficiência. Este, portanto, é um conceito profundamente ligado aos valores, normas e padrões do grupo em que a pessoa portadora de deficiência está inserida.

Sendo assim, as expectativas dirigidas ao indivíduo portador de deficiência pelos demais, da sociedade maior, alteram-se, ou seja, o olhar passa a ter como foco aquilo que destaca como “imperfeição”, deixando, em consequência, de ver o indivíduo como um todo. Simetricamente, o indivíduo portador de deficiência se perceberá, mesmo que só em alguns momentos, não correspondendo às expectativas nele depositadas e, conseqüentemente, ao perceber-se inferiorizado, poderá também criar expectativas sobre si despotencializadas e diferenciadas.

É inegável a influência norte-americana na proposta de Educação Inclusiva. O estranho é pensarmos nos índices de crescente exclusão que se delineiam na sociedade norte-americana com relação aos afro-americanos e aos descendentes de latinos americanos sobre quem, não por acaso, pesa o fracasso na escola.

Para Apple (2000, p. 71) a cultura hegemônica norte-americana delineada no currículo é um exercício de poder: a história e a cultura de grupos minoritários mal vêm a luz do dia. Isto aponta que os laços de poder na imposição de um discurso pedagógico unívoco podem ter suas raízes na onda conservadora que tende “a exacerbar as diferenças de gênero, classe e raça, na ausência de recursos humanos e materiais suficientes”.

Assim, no contexto da globalização econômica e da mundialização da cultura é importante observar os caminhos propostos para a Educação Especial no Brasil. Parece-nos que caberia aos educadores e legisladores, ao propor a Educação Inclusiva, contemplarem as peculiaridades de nosso sistema de ensino, tais como o insucesso escolar das crianças que ingressam no ensino básico público, a formação de professores e o analfabetismo. E, por outro, lado compreenderem os novos padrões de produção e consumo que se estabelecem, o papel da mídia e da informatização da sociedade que colocam em cheque o papel da escola.

Além disso, existe uma tendência de ardente defesa dos aspectos teóricos da inclusão e

práticas, amiúde, pseudo-inclusivas. Porque estamos diante de uma sociedade exclusiva na qual o racismo, o sexismo e o preconceito contra pessoas com deficiência permeiam práticas e discursos. Isto leva os professores de classes regulares a representarem a inclusão de forma confusa, chegando até a serem reforçados preconceitos; assim na escola, a idéia de deficiência acaba por sobrepujar as “necessidades educativas” de cada aluno. Com efeito, evidencia-se, no que diz respeito à inclusão escolar, um conflito de representações sobre normalidade/deficiência, de efeitos consideráveis na prática pedagógica – metodologias de ensino, formas de avaliação, currículos formais – e nas interações cotidianas estabelecidas entre professores, alunos e outros profissionais da escola.

III - O CONTEXTO SOCIAL E A DEFICIÊNCIA

A sociedade é que cria os problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Desse modo, à sociedade cabe eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e de atitudes para que as pessoas deficientes possam ter acesso aos lugares, serviços e a bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Este modelo social da deficiência focaliza os ambientes e barreiras incapacitantes da sociedade e não as pessoas deficientes.

A sociedade sergipana foi intensamente motivada pela igreja a perder estigmas que ela própria tinha, de certa forma, passado aos cristãos sobre os deficientes, procurando despertá-los para a prática da caridade cristã (SOUZA, 2005, p. 65).

Práticas inclusivas, debates sobre conceitos de inclusão social, integração e busca de uma sociedade mais acolhedora, têm norteado as discussões e encontros dentro das áreas que se propõem a estudar os indivíduos portadores de deficiência. É possível notar que os avanços com a preocupação destes temas passam necessariamente pela informação e pelos meios de comunicação

e vão determinando novas formas de pensar e agir em relação à diversidade humana, com poder na formação de conceito e de manutenção de preconceitos.

Se voltarmos a um tempo não muito distante, iremos notar que até em meados da década de 70, as questões relativas à deficiência sempre estiveram subordinadas ao âmbito médico e de especialistas, profissionais estes que, em sua grande maioria, atendiam às instituições. Este período caracterizou-se por uma abordagem na qual a deficiência era vista no lugar da pessoa.

A partir da década de 80, que sinalizou o “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981)”, várias entidades ligadas à causa da deficiência iniciaram um movimento, visando integrar os indivíduos deficientes na sociedade, buscando mostrar que a pessoa não é a deficiência. Na última década do século XX, os movimentos continuam evoluindo em busca da ampliação de formas de integração, priorizando oportunidades iguais a todos, minimizando os processos de exclusão e discriminação.

Significativas contribuições para o redimensionamento da compreensão do fenômeno da deficiência foram trazidas pela Psicologia Social. Esta ciência, sem negligenciar a possível existência de uma incapacidade objetivamente definida e constatada, que gere prejuízos intelectuais, motores, sensoriais, comportamentais, sociais etc, colocando o indivíduo em desvantagem, considera que:

Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam e como as pessoas deficientes funcionam, mas, ao mesmo tempo, deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças, especialmente aquelas às quais o grupo social atribui algum significado de desvantagem e descrédito social (OMOTE, 1994, p. 69).

O autor pontua que a deficiência não pode ser vista apenas como uma característica presente no organismo de uma pessoa ou em seu comportamento, ou seja, circunscrita nos limites corporais, restrita ao âmbito individual e diagnosticada através de uma avaliação médica e paramédica que objetiva identificar a presença de algum elemento patogênico no organismo. Ao

contrário desta postura, o autor enfatiza que, o aspecto central a ser considerado na análise do fenômeno, é a “construção social da deficiência”, entendendo-se por “construção social” o conjunto de expectativas dirigidas aos grupos e aos indivíduos portadores de deficiência, expectativas estas que funcionarão como determinantes das inter-relações estabelecidas e que com todos os elementos que constituem o grupo social.

A abordagem social da deficiência, por sua vez, considera imprescindível que o fenômeno seja analisado de forma a “incluir as reações de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenômeno, pois são essas reações que, em última instância, definem alguém como deficiente ou não deficiente”. Para Omote (1994, p. 67-68),

As reações apresentadas por pessoas comuns face às deficientes ou às deficiências não são determinadas única nem necessariamente por características objetivamente presentes num dado quadro de deficiências, mas dependem bastante da interpretação, fundamentada em crenças científicas ou não, que se faz desse quadro.

Isto posto, temos na audiência social importante variável para o estudo da pessoa reconhecida como desviante, cujo *status* diferenciado é adquirido nas relações sociais, uma vez que é o grupo social que trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por alguns de seus integrantes.

(...) é em relação ao meio onde vive a pessoa, à sua situação individual e à atitude da sociedade, que uma condição é ou não considerada uma deficiência, uma vez que os problemas que assim a caracterizam decorrem das respostas da pessoa às exigências do meio. Considerando-se que, em decorrência dos fatores hereditários e ambientais, não há sequer duas pessoas exatamente idênticas, embora em sua essência todos os seres humanos sejam iguais, é natural que as respostas a estas exigências variem de acordo com as condições individuais de cada pessoa (MAZZOTTA, 1982, p. 14).

São, portanto, as expectativas, ligadas às exigências do meio, que determinarão as diferenças entre as pessoas deficientes e as não-deficientes. Estas expectativas são reflexos das relações sociais, econômicas e ambientais do grupo social. Neste sentido, quando falamos em desvantagem, estamos nos referindo à expressão social da deficiência. Este, portanto, é um

conceito profundamente ligado aos valores, normas e padrões do grupo em que a pessoa portadora de deficiência está inserida.

Sendo assim, as expectativas dirigidas ao indivíduo portador de deficiência pelos demais, da sociedade maior, alteram-se, ou seja, o olhar passa a ter como foco aquilo que destaca como “imperfeição”, deixando, em consequência, de ver o indivíduo como um todo.

Simetricamente, o indivíduo portador de deficiência se perceberá, mesmo que só em alguns momentos, não correspondendo às expectativas nele depositadas e, conseqüentemente, ao perceber-se inferiorizado, poderá também criar expectativas sobre si despotencializadas e diferenciadas.

Omote (1994, p. 66) reafirma que as deficiências não são, do ponto de vista psicológico, diferenças individuais quaisquer. Aquelas têm, necessariamente, alguma significação de desvantagem e de descrédito social. Portanto, são determinadas diferenças às quais foram atribuídas determinadas significações de desvantagem e que levam os seus portadores a serem desacreditados socialmente.

Notamos que, dentre os inúmeros aspectos sociais que contribuem para a formulação teórica dos conceitos das diversas deficiências, uma possibilidade é focarmos, com especial atenção, as questões relativas às expectativas dirigidas a esses indivíduos, entendendo que estas expectativas sociais se entrecruzam num misto entre o que é esperado dele, e o que lhe é dado de direito - mesmo que isto fique numa relação de “promessas”, ou seja, ao pensarmos nos vários aspectos sociais envolvidos na discussão conceitual de deficiência estaremos, de alguma forma, voltando os olhos para uma análise das inter-relações estabelecidas entre indivíduo, grupo e sociedade, e sua conseqüente repercussão nas pessoas com deficiência.

Amaral (1994, p. 10) nos lembra que:

há um indivíduo (seja ele a pessoa portadora de deficiência, o parente, o profissional, o vizinho) que tem emoções, que pensa, que está imerso num meio social; - há um grupo (seja ele familiar, multidisciplinar ou comunitário) que vivencia emoções, pensamentos e que constitui uma ou mais redes sociais; - há uma sociedade que vive (através dos indivíduos e grupos que a concretizam) experiências emocionais, racionais e interacionais.

Portanto, as inter-relações se consolidam com base nos fenômenos sócio-afetivo-intelectuais, sendo que os portadores de deficiência e os grupos sociais, em que estão inseridos, irão vivenciar, lado a lado, as conseqüências dessas interações. Uma destas conseqüências é a necessidade que pessoas e grupos têm de se proteger em relação a tudo que é desconhecido, para isso, os indivíduos tendem a criar categorias e classificações, com o intuito de posicionar-se e de posicionar o outro.

Sendo assim, o contato com o indivíduo portador de deficiência poderá significar um encontro com um “estranho”; um estranho que causa medo e necessidade de proteção. Ao entrarmos em contato com o diferente, desestabilizamo-nos, e a necessidade de estabelecermos o equilíbrio nos faz lidar com a pessoa deficiente de maneira a generalizar sua deficiência, ultrapassando os limites de sua incapacidade específica.

Experiências vivenciadas por alguns portadores de deficiência - evidencia um olhar que privilegia a deficiência, e desconsidera a pessoa, generalizando sua incapacidade, ou seja, além do não andar, este indivíduo é percebido como alguém que não ouve, não fala, não tem opinião etc.

(...) o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma. Ao determinarmos o outro como diferente de nós estabelecemos uma relação totalitária entre: perfeito/imperfeito, pois...tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original (GOFFMAN, 1982, p. 12-15).

Esta gama de inter-relações veladas propiciará o desenvolvimento, quase que inevitável, de um convívio social insatisfatório e desigual, levando o indivíduo portador de deficiência à

construção de uma identidade tida como “especial”. Goffman (1982, p. 138) reafirma: “(...) uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas”.

Além disso, sublinhe-se que a diferença, ao se fazer presente entre os indivíduos que compõem a sociedade, afasta deles os direitos universais:

Não se trata apenas de beneficiar-se ou respeitar leis - sejam elas do Direito Trabalhista, Criminal ou qualquer outro; de votar e ser votado e assim por diante. Trata-se do direito de ser pessoa: Ter autonomia, ter liberdade de escolha e ter participação ativa na VIDA (com os limites e as potencialidades). Isso alarga a configuração da cidadania, fazendo com que essa qualidade e estado alcancem todos os planos da condição humana (AMARAL, 1995, p. 190-191).

Sublinhe-se, portanto, que embora condições orgânicas anormais possam ser fontes geradoras de deficiências e incapacidades, não respondem, por si só, pela explicação do funcionamento do indivíduo, ainda que sua manifestação adquira, no meio social vigente, o sentido de desvantagem. Considere-se, ainda e principalmente, as condições sociais, essas sim, como fontes geradoras de incapacidades, uma vez que é no próprio meio social que determinados indivíduos tornam-se reconhecidos como deficientes.

Encerramos essas ponderações, trazendo a palavra de Goffman (1982, p.146), que nos leva a refletir, sobre nossas ações: “(...) o estigmatizado e o normal são parte um do outro, se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem. Porque ao imputar identidades aos indivíduos, desacreditáveis ou não, o conjunto social mais amplo e seus habitantes, de uma certa forma, se comprometeram mostrando-se tolos”.

Percorrer nossa história é ter a possibilidade de revermos nossas ações, pessoais e coletivas em relação ao que possamos considerar uma efetiva prática da inclusão, integração ou qualquer outro nome que queiramos referendar, pois ainda muito temos a percorrer na busca e

concretização de novas Formas de inter-relações menos preconceituosas e estigmatizantes. Tal preocupação e desafio poderá nos favorecer em um crescimento conjunto na construção de uma sociedade mais humanitária.

3.1. O PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

A formação teórica e prática do professor poderá contribuir para melhorar a qualidade do ensino, visto que, são as transformações sociais que irão gerar transformações no ensino.

Atualmente percebe-se que muitos profissionais especializados na área preocupados com o futuro de seus alunos dentro da rede comum. Acreditam que quando a escola tiver uma qualidade boa para seus alunos, ela estará adequada para todos, inclusive os portadores de necessidades especiais.

As crianças são curiosas, perguntam por que o menino não fala direito, por que utiliza aquela “coisa” na perna etc. Porém, após uma resposta satisfatória são as primeiras a aceitarem a diferença. São mais maleáveis que nós. O adulto é que fala que é feio apontar, perguntar, mostrar fica tudo muito escondido, proibido, tornando-se algo feio que não é para comentar.

A convivência com a diversidade será benéfica a todos, pois estaremos mais aptos a viver em harmonia, nesta época tão descrente nos valores humanos. O convívio na diversidade em sala de aula fará com que esta criança habituada com as diferenças desde a creche, fará crescer um indivíduo que ao ingressar no curso superior será um advogado, arquiteto, médico, desenhista, que conhece e teve amigos portadores de deficiência e lembrará deles ao realizarem seus trabalhos.

Assim, no currículo desenvolvido nas escolas que se pretendam inclusivas devem ser travadas discussões pertinentes à formação das identidades em uma perspectiva dinâmica que encare os preconceitos e estereótipos como algo com múltiplas representações e desdobramentos a serem questionados. Assim, lidar com os “diferentes” na sala de aula significa necessariamente romper com as concepções estereotipadas sobre grupos marginalizados. Por outro lado, na difícil caminhada da “diferença” na escola regular muitas histórias silenciadas merecem vir à tona para que não se pense que a aceitação e o respeito à diversidade é tarefa que diz respeito apenas à capacitação de professores e a existência de condições humanas e materiais na escola, a solidariedade ou a tolerância.

O silêncio diante da deficiência/diferença que acompanha as algumas pessoas é tão grave quanto um discurso sobre a deficiência, que defendendo a sua inclusão, relega o arguto olhar multicultural atendo-se somente ao aspecto metodológico e a feitura das adaptações curriculares no interior da escola. A questão aqui não é negar o aspecto técnico da consecução da prática educativa inclusiva, mas pensar essa prática como um momento de vislumbrar a construção da identidade da pessoa com deficiência na busca da superação de estereótipos e preconceitos. Questionamos qual seria real significado de um discurso inclusivo que afirma:

mesmo que uma criança nunca consiga aprender nada de matemática ou história ainda é fundamental que ela seja incluída em turmas de educação regular para que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender o respeito mútuo, o interesse mútuo e o apoio mútuo em uma sociedade inclusiva (STAINBACK & STAINBACK 1999, p. 234).

A preocupação maior, portanto, deveria ser em oferecer à criança com alguma deficiência, além de um espaço físico em sala de aula, o respeito e a compreensão aos seus talentos e habilidades. Oferecer um sistema de ensino de qualidade a todos os alunos, respeitando suas diferenças, deveria ser o ponto de partida para a melhora do acesso dos alunos com necessidades

educacionais especiais no ensino regular. Perceber que qualquer indivíduo possui limitações, o que não significa que não possa ser participativo e capaz de aprender, seria um bom ponto de partida para a reflexão sobre como trabalhar as diferenças em sala de aula. Felizmente cada vez mais discussões sobre o assunto vêm ocorrendo entre as equipes de docentes e especialistas nas escolas e universidades brasileiras.

CONCLUSÃO

A criança se desenvolve de dentro para fora e cabe ao professor e a família respeitarem os estágios de desenvolvimento pelos quais a criança passa. Dar atenção à sua evolução, às aptidões e necessidades são de fundamental importância para despertar seu processo de aprendizagem e autonomia.

Cabe à sociedade cooperar e dar oportunidade para que esses indivíduos, que têm limitação em seu relacionamento com o mundo, possam desenvolver e usufruir de toda a sua capacidade física e mental.

A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado. O papel do professor é específico e diferenciado das crianças. Ele prepara e organiza um micro-universo onde as crianças buscam e se interessam. A postura desse profissional se manifesta na percepção e na sensibilidade aos interesses das crianças que em cada idade diferem em seu pensamento.

A escola como espaço de todos e para todos, deveria priorizar alternativas de acesso e permanência, proporcionando às crianças possibilidades de aprendizagem. Essas possibilidades advêm da superação de barreiras no cotidiano escolar. Desta maneira, no tocante às instituições participantes e seus respectivos corpos docentes, a questão que se nos apresentava era como

auxiliá-los a transformar o seu olhar sobre a diversidade e deixar de vê-la como um problema para considerá-la como um recurso em potencial.

É necessário que essa discussão se estenda para que não só os intelectuais e especialistas saibam que os indivíduos portadores de necessidades educativas especiais têm potencialidade, inteligência, sentimentos, direito à dignidade, mas também que eles têm direito à vida, em todos os seus aspectos, apesar das limitações que possam ter todos nós temos limitações , é preciso apenas respeitá-las.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

COTRIM, Gilberto. **Educação para uma escola democrática**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SOUZA, Rita de Cássia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo. Pioneira, 1982.

OMOTE, S. **A deficiência como fenômeno socialmente construído**. Comunicação na XXI Semana da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação da UNESP/Marília. Marília, (s.d.).

OMOTE, S. “Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido”. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, 1994, p. 65-73.

STAIMBACK, S. & W. STAIMBACK. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.